

# SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE PERNAMBUCO (SAEPE) E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATUAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR

Andréia Ferreira da Silva - PPGEd/UFCG  
silvaandreia@uol.com.br

Josilene Maria de Oliveira - PPGEd/UFCG  
josilene.lene@hotmail.com

## Introdução

Nas reformas do modelo de administração do Estado nas esferas federais e estaduais, a partir da década de 1990, sob a influência da ideologia neoliberal, as iniciativas de avaliação em larga escala ganharam centralidade na agenda da educação brasileira, produzindo mudanças significativas na organização das escolas em função da elevação dos resultados nos testes. No estado de Pernambuco, o Sistema de Avaliação de Pernambuco (SAEPE) vem engendrando alterações na organização administrativa, financeira e pedagógica das escolas e promovendo implicações na atuação dos gestores escolares, desde a sua criação no ano de 2000.

O Saepe compõe, junto ao Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), o Bônus de Desempenho Operacional (BDE), o Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE) e o Termo de Compromisso e Responsabilidade (TCR), as cinco ações do Programa de Modernização da Gestão Pública/Metas para a Educação (PMGP/ME) que implantaram, na educação estadual pernambucana, um sistema de *accountability* educacional, que articulam os pilares da avaliação externa, da prestação de contas e da responsabilização.

O texto tem por objetivo analisar as implicações do Saepe na atuação dos gestores das escolas de ensino médio da rede estadual de ensino. É resultado de pesquisa bibliográfica sobre o tema em exame, do estudo de documentos da rede estadual de ensino de Pernambuco e da análise de entrevistas semiestruturadas realizadas com 12 gestoras de 12 escolas de ensino médio da Gerência Regional de Educação Vale do Capibaribe.

O texto apresenta, inicialmente, o Saepe: objetivos, organização e vinculações com as demais políticas de *accountability* adotadas no estado. Em seguida, analisa as implicações do Saepe na atuação do gestor escolar. Por fim, expõe as considerações finais.

## O Sistema de Avaliação de Pernambuco (Saepe)

O Saepe tem como objetivos: produzir informações sobre o grau de domínio dos estudantes nas habilidades e competências consideradas essenciais, monitorar o desempenho

das proficiências dos estudantes ao longo do tempo e associar os resultados da avaliação externa às políticas de incentivo com a intenção de reduzir as desigualdades e elevar o grau de eficácia da escola (PERNAMBUCO, 2002).

Esse sistema de avaliação foi reformulado em 2002 para atender às metas e objetivos do Plano Estadual de Educação, Lei n.º 12.252, de 08 de julho de 2002, que definiu que, em três anos, todas as escolas deveriam integrar esse programa. O Saepe avalia o desempenho dos estudantes nas disciplinas de língua portuguesa (leitura e escrita) e matemática.

A partir de 2008, o Saepe passou a ser anual e a compor o Idepe<sup>53</sup>, estabelecendo metas por escolas, que são a referência central para o pagamento do Bônus de Desempenho Educacional. O BDE é uma gratificação financeira, criada em 2008, que premia os profissionais das escolas e das Gerências Regionais da SEE/PE que cumprem, parcial ou integralmente, as metas do Idepe (PERNAMBUCO 2008).

Percebe-se, dessa forma, a centralidade do Saepe na implantação do modelo de gestão por resultados na educação, a partir de 2007, uma vez que os seus resultados consistem em uma das principais referências das demais políticas de *accountability* educacional que compõem o PMGP/ME.

Deste modo, o sistema de avaliação, de acordo com Lira e Marques (2019), alimenta uma sistemática de monitoramento dos resultados, além de respaldar as iniciativas de prestação de contas por meio da divulgação pública dos resultados. Tal sistema passou a subsidiar as demais dimensões da política de responsabilização educacional adotadas no estado: o BDE, o TCR, o Saepe e o TCR.

Pelo exposto, o Saepe passou a direcionar a organização das escolas provocando mudanças na atuação dos gestores, nas relações estabelecidas com os professores, estudantes, pais e responsáveis. A atuação dos gestores, de maneira geral tem como foco as avaliações externas e índices de desempenho.

### **As implicações do Saepe na atuação dos gestores escolares**

De acordo com as gestoras da rede estadual de ensino de Pernambuco entrevistadas, as escolas, para o alcance das metas do Idepe e Ideb, trabalham com a “pedagogia de projetos” e o desenvolvimento de “planos de ação” direcionados à elevação dos resultados nas avaliações

---

<sup>53</sup> O Idepe é composto pelo resultado das proficiências dos estudantes no Saepe e das taxas de aprovação (fluxo escolar).

externas. Todas as gestoras afirmaram que as escolas desenvolvem práticas direcionadas à preparação para os testes e para a melhoria dos resultados do desempenho dos estudantes.

Segundo as gestoras, a preparação para os testes do Saepe inclui: 1. treino dos estudantes para as provas do Saepe e Saeb; 2. trabalho intenso dos professores com os descritores do Saepe de língua portuguesa e matemática nas aulas de todos os componentes curriculares; 3. realização dos aulões<sup>54</sup> para as turmas do 3º ano do ensino médio; 4. utilização de aulas de reforço de português e matemática para os estudantes do ensino médio; 5. a realização de simulados de língua portuguesa e matemática bimestrais escritos e *on line* para os estudantes do 3º ano; e 6. a conscientização da família e, principalmente, dos estudantes da importância da participação nos testes.

Os depoimentos revelaram que há o direcionamento da atuação das gestoras no acompanhamento das atividades realizadas na escola para a manutenção ou a melhoria dos resultados e o alcance das metas do Saepe:

[...] a gente sempre fica procurando dar **o reforço aos alunos e trabalhar os descritores do Saepe e Saeb**. [...] Eu chamo os alunos para conversar. Eu não brigo, eu aconselho (Gestora 2).

[...] Tem que pensar que tem uma meta e que a gente tem um cronograma de atividades e avaliações externas a *serem* cumpridas. Agora dentro da normalidade [...] (Gestora 3).

Evidencia-se nas colocações das gestoras o delineamento de um novo perfil para o gestor escolar, pautado nos pressupostos que buscam uma administração pública eficiente e eficaz (BAYER, 2015). A política de gestão por resultados, implantada na educação estadual pernambucana, vem exigindo do gestor escolar uma atuação direcionada às avaliações externas e ao cumprimento das metas dos índices de desempenho. A adesão às políticas de responsabilização educacional e o cumprimento das metas é “recompensado” com o recebimento do BDE e da gratificação para as gestoras escolares, o Adicional de Eficiência Gerencial (AEG) como mecanismos de pagamento por desempenho implantados em Pernambuco.

---

<sup>54</sup> Os aulões, são aulas preparatórias língua portuguesa e matemática para as avaliações externas Saepe e Saeb.

## **Considerações finais**

A atuação dos gestores das escolas da rede estadual de ensino de Pernambuco é fortemente influenciada pelos resultados das avaliações externas e pela preocupação por sua elevação.

De acordo com Oliveira (2020) o trabalho do gestor escolar passa a ser definido por uma agenda externa pautada nos resultados educacionais que ocasiona além da intensificação do trabalho e da autorresponsabilização a perda de autonomia do gestor e de toda comunidade escolar a medida que prioriza o ensino de componentes curriculares que são avaliados nos testes; que dá ênfase às avaliações objetivas e de múltipla escolha; e que direciona de metas e ações do PPP para a obtenção de resultados, entre outras situações.

É urgente romper com a ênfase na preparação para os testes e os resultados. Romper com as formas de controle e regulação e responsabilização excessiva da comunidade escolar que engessam e inibem as práticas democráticas na escola (OLIVEIRA, 2020).

## **Referências**

BAYER, Liane de Oliveira. **Educador e gestor ou educador versus gestor? os dilemas e tensões de uma gestão escolar gerencialista**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - UFABC. Santo André, 2015.

LIRA, Ildo Salvino de; MARQUES, Luciana Rosa. Responsabilização educacional no contexto da gestão por resultados: uma análise da experiência pernambucana (2007-2014). In: Santos, Ana Lúcia Felix dos; ANDRADE, Edson Francisco de; MARQUES, Luciana Rosa (org.). **Políticas educacionais no estado de Pernambuco: discursos, tensões e contradições**. Recife: Ed. Anpae, 2019.

OLIVEIRA, Josilene Maria de. **Responsabilização educacional na rede estadual de Ensino de Pernambuco: desdobramentos do Termo de Compromisso e Responsabilidade na ótica de gestores escolares (2008-2018)**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - UFCG, Campina Grande, 2020.

PERNAMBUCO. **Lei nº 13.486, de 1º de julho de 2008**. Institui o Bônus de Desempenho Educacional (BDE), no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Pernambuco, 2008.

PERNAMBUCO. **Lei nº 12.252, de 08 de julho de 2002.** Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. Pernambuco. 2002.